

Procurador ataca juiz

Paola Lima

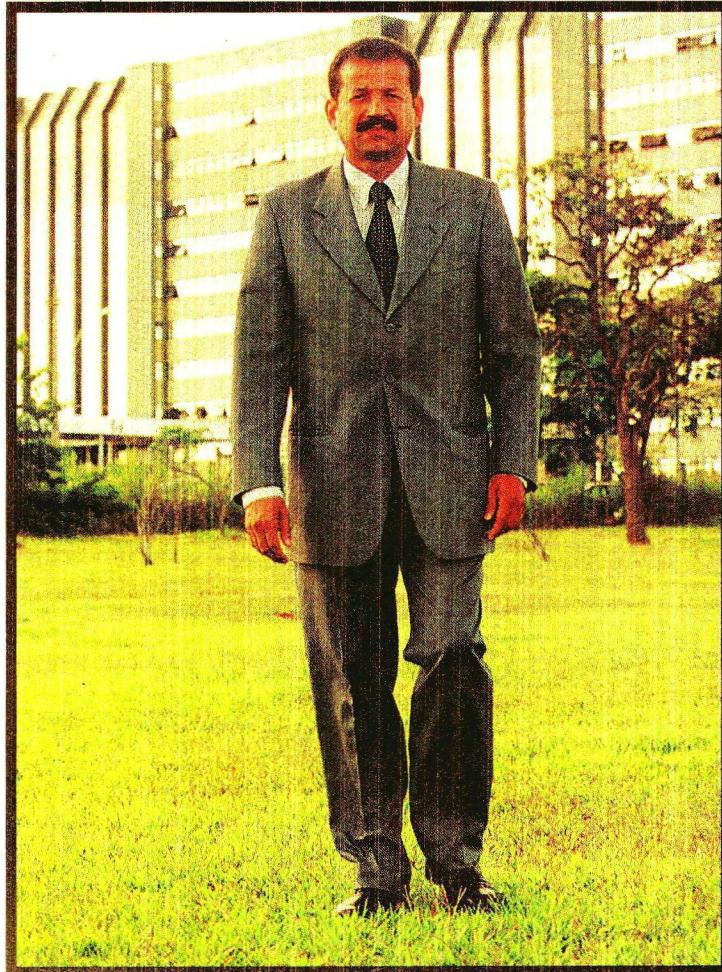
Da equipe do Correio

O procurador-geral do Ministério Pùblico do Distrito Federal e Territórios (-MPDFT), Eduardo Albuquerque, reagiu com indignação às acusações, feitas pelo juiz Sebastião Coelho da Silva, de que seria submisso ao Poder Executivo. Em entrevista publicada ontem no Correio Braziliense, o juiz declarou que o Ministério Pùblico e o Poder Judiciário são subservientes ao governo. O presidente do Tribunal de Justiça, Edmundo Minervino preferiu não comentar o assunto.

Afastado da Vara de Execuções Criminais (VEC) em novembro do ano passado, Sebastião Coelho disse ao Correio ter sido vítima de abuso de poder. Ele afirmou estar sendo perseguido pelo corregedor de Justiça, Nívio Gonçalves, e pelo desembargador Lécio Resende, relator do processo que causou seu afastamento do cargo. Os dois desembargadores decidiram ficar em silêncio para não comprometer o andamento do processo.

Já o procurador Eduardo Albuquerque não poupa críticas ao juiz. "O Ministério Pùblico não é submisso a ninguém", rebateu. "Essa foi a primeira vez que um juiz foi afastado da função por pressão do Ministério Pùblico. Ele nos desrespeitou e foi punido por isso." Segundo Albuquerque, Sebastião Coelho saiu da VEC por tomar decisões sem consultar os promotores que atuam junto à Vara. "Entramos com pelo menos três representações no

Paulo de Araújo



COELHO: JUIZ FOI AFASTADO E ACUSA DESEMBARGADORES DE PERSEGUIÇÃO

Tribunal de Justiça". Em todas as ações, a justificativa era a mesma: o juiz concedia benefícios aos presos por meio de portarias ou verbalmente, sem ouvir os promotores.

EXPLICAÇÕES

Para o procurador-geral, no entanto, as declarações de Sebastião Coelho

têm caráter pessoal. Seriam fruto de uma mágoa do juiz contra o próprio Albuquerque, que apresentou duas denúncias de prevaricação contra ele no Tribunal de Justiça. Nas denúncias, o juiz — que na época estava na Auditoria Militar — é acusado de adiar a publicação de sentenças em dois processos contra policiais militares.

Nos dois casos, os crimes prescreveram.

Sebastião Coelho tem uma versão diferente para o caso. Com relação ao afastamento do cargo, ele alega ter sido vítima de abuso de poder por parte de desembargadores do Tribunal de Justiça. "As representações do Ministério Pùblico foram entregues em junho do ano passado, depois de eu ter declarado que o procurador-geral era omissa. Antes, não havia queixas dos promotores contra mim", rebate. O juiz nega que tenha tomado decisões sem consultar os promotores e diz só ter feito portarias em datas especiais, atendendo presos com direito a benefícios.

O mesmo argumento ele usa para se defender das denúncias de prevaricação. "As duas ações também foram entregues em junho de 2001, como forma de retaliação pelas minhas atitudes", garante. "Tanto que nem houve investigação preliminar no Ministério Pùblico. Assim que soube do caso, o procurador o transformou em denúncia". Sua explicação para a demora na publicação das sentenças é que nos dois casos citados ocorreram erros no decorrer do processo.

O juiz pretende ir além das acusações feitas na entrevista. Prepara uma representação a ser entregue no Ministério Pùblico Federal contra o procurador-geral Eduardo Albuquerque por danos morais. Segundo ele, o procurador usou as ações como forma de atingí-lo. "Vou provar que quem prevaricou foi ele".

O QUE ELE DISSE

"A minha saída da VEC foi para acomodar uma situação política, porque as minhas decisões — impedir a forma de tratamento de presos, fechar carceragens de delegacias — desagradavam o governo local"

"O desembargador Lécio Resende, na qualidade de corregedor da Justiça, no ano de 1998, me pressionou a dar uma decisão favorável ao então deputado distrital Luiz Estevão: mandar para a Papuda o tenente da PM que participou do seqüestro da filha dele, o Osmarinho. Eu não me submeti à pressão dele"

SEBASTIÃO COELHO,

juiz